IRMÃOS POLÍCIA
CONCURSOS POLICIAIS

GUIA GRATUITO

COMO COMEÇAR A ESTUDAR PARA A PC TO

Oficial Investigador de Polícia · Polícia Civil do Tocantins. O que cai de verdade, como estudar cada matéria e o seu plano das 4 primeiras semanas.

2 provas analisadas | 160 questões | 9 matérias com roteiro | plano de 4 semanas



O CONCURSO

A PC TO HOJE

O último concurso da PC TO foi em 2014, com prova da Fundação Aroeira: 80 questões de 4 alternativas em 4 horas para Agente e Escrivão. Os dois cargos foram extintos pela Lei 4.653/2025 e viraram Oficial Investigador, que ainda não tem edital. Em 2014, as 30 questões de Direito e as 10 do Estatuto valiam 1,5 ponto cada e somavam 60 dos 100 pontos, com mínimo de 30 nessa parte. Penal e Processo Penal deram 18 das 30 questões de Direito no caderno do Agente, e quase todas pediam a letra da lei.

Último concurso **2014 · 38 vagas de Agente**	Banca **Fundação Aroeira (2014)**	Próxima banca **Não confirmada**
Escolaridade **Nível superior (Lei 4.653/2025)**	CNH **Exigida; categoria não confirmada**	Prova **80 objetivas, sem discursiva (2014)**

SITUAÇÃO EM 10/11/2026: 452 VAGAS ANUNCIADAS; SÓ A COMISSÃO TEM ATO FORMAL

O governo anunciou a autorização e 452 vagas em 30/03/2026, sem ato localizado. O único ato formal achado é a comissão, no Diário Oficial de 01/04/2026. Banca e edital seguem sem confirmação até 10/11/2026.

SALÁRIO: R$ 7.917,97

Inicial de Oficial Investigador anunciado pelo governo em 30/03/2026. Sem edital; o valor final só sai nele.

ETAPAS (EDITAL DE 2014 (AGENTE))

Objetiva Eliminatória e classificatória	**Exames médicos** Eliminatória	**TAF** Eliminatória	**Exame psicológico** Eliminatória
Curso de Formação Eliminatório e classificatório	**Investigação criminal/social** Eliminatória, em todo o concurso		

Dados conferidos em 10/11/2026 nas fontes oficiais. Quando o edital sair, ele vale acima deste guia.

A PROVA

COMO É A PROVA

Edital 002/01-2014, Agente (Fundação Aroeira); 30 questões de Direito sem divisão no edital. 80 questões objetivas.

MATÉRIA	QUESTÕES	VALOR	PESO	BLOCO
Direito Administrativo, Constitucional, Penal, Processual Penal e Legislação Especial (bloco único no edital)	30	1,5	45,0%	1
Língua Portuguesa	10	1	10,0%	1
Estatuto dos Policiais Civis	10	1,5	15,0%	2
Informática	10	1	10,0%	2
Noções de Direitos Humanos	10	1	10,0%	2
Conhecimentos Regionais, História e Geografia do Tocantins	10	1	10,0%	3

O QUE ELIMINA

- Eliminado com menos de 20 pontos na P1, 30 na P2 ou 50 no conjunto (2014).
- A P1 tem Português, Informática, Direitos Humanos e Conhecimentos Regionais; a P2 tem Estatuto e o bloco de Direito. Há matérias dos Blocos 2 e 3 nas duas provas com mínimo.
- Cargo extinto em 2025. O novo formato não tem edital: use esta divisão só como referência.

O JEITO DA BANCA

A única prova disponível é a de 2014, da Fundação Aroeira: 80 questões de 4 alternativas em 4 horas, cerca de 3 minutos por questão. Agente e Escrivão fizeram a prova no mesmo dia e tiveram 54 questões idênticas (1 a 50 e 77 a 80). Só as 26 de Direito, da 51 à 76, mudaram de um caderno para o outro. Na P2, cada questão valia 1,5 ponto, e as 30 de Direito somavam 45 dos 100 pontos.

DIREITO COBRADO PELA LETRA DA LEI

Das 106 questões diferentes dos dois cadernos, 16 pediam um número exato: prazo, fração de pena, idade ou valor. Exemplos: a 69 do Agente (10 e 30 dias do inquérito), a 74 do Agente (fiança pelo delegado até 4 anos de pena máxima) e a 72 do Escrivão (10 dias para o laudo).

ENUNCIADO CURTO, FRASE PARA COMPLETAR

A maior parte das questões de Direito e do Estatuto começa uma frase da lei e pede o final, como a 41 (prazo que suspende o estágio probatório) e a 75 do Agente (citação por hora certa). Só 6 das 52 questões de Direito que mudaram entre os cadernos (51 a 76) traziam um caso concreto, entre elas a 53 (viatura que avança o sinal) e a 60 do Agente (cão feroz).

PORTUGUÊS SEM GRAMÁTICA

As 10 questões de Português saíram de três textos: um trecho do romance Mayombe, um memorando e uma tira. Nenhuma pediu concordância, regência, crase ou classe de palavra. Quatro trataram de gênero textual (6 a 9).

DIREITOS HUMANOS COM ALTERNATIVAS LONGAS

Na matéria, as alternativas da 31, da 33, da 34 e da 37 têm de 3 a 10 linhas cada e trocam um detalhe da norma, como quórum, prazo ou número de membros. A leitura toma mais tempo que nas questões de Direito Penal, que cabem em duas linhas.

O PESO DE CADA MATÉRIA

ONDE ESTÃO AS QUESTÕES

Quantas questões cada matéria teve em cada prova. A coluna Total soma as 2 provas (160 questões).

MATÉRIA	2014 AGE	2014 ESC	TOTAL	%
Português ✓	10	10	**20**	12,5%
Informática ✓	10	10	**20**	12,5%
História e Geografia do Tocantins ✓	10	10	**20**	12,5%
Direitos Humanos ✓	10	10	**20**	12,5%
Legislação Institucional ✓	10	10	**20**	12,5%
Penal ✓	10	9	**19**	11,9%
Processo Penal ✓	8	7	**15**	9,4%
Legislação Especial ✓	4	6	**10**	6,2%
Administrativo ✓	4	4	**8**	5,0%
Constitucional ✓	4	4	**8**	5,0%
Total	**80**	**80**	**160**	**100%**

✓ caiu em todas as provas analisadas. – a matéria não estava nessa prova. Fonte: provas e gabaritos oficiais, contagem Irmãos Polícia.

OS ASSUNTOS QUE VOLTAM DE UMA PROVA PARA OUTRA

Caíram em pelo menos duas das provas. Dentro de cada matéria, comece por eles.

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	QUESTÕES
História e Geografia do Tocantins · Movimento separatista e criação do Estado	2014 2014	10
Legislação Institucional · Regime disciplinar	2014 2014	10
Português · Gêneros textuais e redação oficial (memorando, tira)	2014 2014	8
Direitos Humanos · Sistema universal (ONU, DUDH e Pactos)	2014 2014	8
História e Geografia do Tocantins · Hidrografia, relevo e meio ambiente	2014 2014	6
Legislação Institucional · Direitos e vantagens	2014 2014	6
Português · Coesão e coerência	2014 2014	4
Português · Interpretação de textos	2014 2014	4
Informática · Editores de texto (Word)	2014 2014	4
Informática · Navegadores e internet	2014 2014	4
Informática · Hardware e periféricos	2014 2014	4

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	QUESTÕES	
Informática · Segurança da informação	2014 2014	4	
Informática · Windows	2014 2014	4	
História e Geografia do Tocantins · Migração e formação social do Tocantins	2014 2014	4	
Direitos Humanos · Incorporação de tratados ao direito interno	2014 2014	4	
Direitos Humanos · Sistema interamericano (OEA e Comissão IDH)	2014 2014	4	

MÉTODO IRMÃOS POLÍCIA

COMO ESTUDAR CADA ASSUNTO

Um assunto por vez, em três passos. Nenhum assunto está fechado antes de passar pelos três.

1. TEORIA

Leia o material do assunto ou assista à aula. Nas matérias de lei, abra a lei junto e marque os artigos citados neste guia. Anote só o que você erraria numa questão.

2. QUESTÕES

Logo depois da teoria, de 30 a 40 questões do mesmo assunto, da banca do concurso. Leia o comentário de toda questão errada e copie o ponto para o caderno de erros da matéria.

3. REVISÃO

Três revisões: 30 minutos do que você estudou no dia anterior, uma revisão em bloco a cada 3 assuntos da mesma matéria e uma revisão geral quando a matéria fechar.

CADERNO DE ERROS

Uma página por matéria. Cada erro vira uma linha: o que a questão pedia e qual é a regra. É o que você relê na véspera da prova.

O SEU PERCENTUAL DECIDE O PRÓXIMO PASSO

abaixo de 60%	60% a 70%	acima de 70%
Volte à teoria do assunto	Mais questões do mesmo assunto	Avance para o próximo assunto

O DIA DE ESTUDO

TEMPO POR DIA	REVISÃO DO DIA ANTERIOR	MATÉRIA A	MATÉRIA B
1 hora	10 min	25 min, teoria ou questões	25 min, teoria ou questões
2 horas	20 min	50 min	50 min
3 horas	30 min	50 min de teoria e 25 de questões	50 min de teoria e 25 de questões
4 horas ou mais	30 min	1h45, teoria e questões	1h45, teoria e questões

Duas matérias por dia, em rodízio, sete dias por semana. Um domingo por mês vira simulado no tempo de prova.

A ORDEM DAS MATÉRIAS

Cada matéria leva de 3 a 6 semanas de estudo. No rodízio de 2 matérias por dia, o Bloco 1 inteiro fecha a teoria em 12 a 15 semanas. Quando uma matéria fecha, passa a ser só revisão e questões, e a próxima do bloco seguinte entra no lugar. Entre parênteses, o número de questões no último edital.

BLOCO 1

Comece aqui. São as matérias de base e as de maior peso.

- Direitos (bloco único) (30)
- Português (10)

BLOCO 2

Entram quando a primeira matéria do bloco 1 fechar a teoria.

- Estatuto (10)
- Informática (10)
- Direitos Humanos (10)

BLOCO 3

Por último, com questões da banca.

- Tocantins (10)

ROTEIRO 01

PENAL

19	11,9%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

Foram 10 questões no Agente e 9 no Escrivão em 2014, a 1,5 ponto cada, a maior fatia do bloco de Direito. Doze das 19 vieram da parte geral do Código Penal, cobrada pela fração e pelo prazo exatos.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Lei penal no espaço**
   CP, arts. 5º a 7º, com o art. 5º, § 1º (embarcações e aeronaves), o art. 7º, I e § 1º (extraterritorialidade incondicionada) e o art. 7º, II e § 2º (condicionada)
   Caiu nos dois cadernos de 2014. A 59 do Agente pediu o caso punido mesmo após absolvição no estrangeiro (genocídio). A 59 do Escrivão cobrou as embarcações brasileiras mercantes ou privadas em alto-mar.

2. **Excludentes de ilicitude e de culpabilidade**
   CP, art. 22 (coação irresistível e obediência hierárquica) e arts. 23 a 25 (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever e exercício regular de direito)
   Na 60 do Agente, matar o cão que ataca por instinto foi estado de necessidade. Na 61 do Escrivão, a coação moral irresistível afasta a exigibilidade de conduta diversa.

3. **Imputabilidade penal**
   CP, arts. 26 a 28: doença mental, semi-imputável (redução de um a dois terços), menor de 18 anos, emoção, paixão e embriaguez
   Três questões em 2014. Na 62 do Agente, a redução do semi-imputável. Na 63 do Agente, só a embriaguez completa por caso fortuito ou força maior isenta de pena. Na 62 do Escrivão, o menor de 18 anos casado segue inimputável.

4. **Erro de tipo, erro de proibição e concurso de pessoas**
   CP, arts. 20 e 21 (erro de proibição evitável reduz de um sexto a um terço) e arts. 29 a 31, com o art. 29, § 2º, e o art. 30 (circunstâncias que se comunicam)
   A 61 do Agente pediu a redução do erro de proibição evitável. A 63 do Escrivão cobrou o aumento até a metade para quem quis crime menos grave com resultado previsível. O art. 30 explica a 64 do Agente.

5. **Penas e extinção da punibilidade**
   CP, art. 45, § 1º (prestação pecuniária de 1 a 360 salários mínimos), art. 75 (limite de 40 anos desde a Lei 13.964/2019), art. 83 (livramento condicional) e art. 107 (extinção da punibilidade), com a Súmula 715 do STF
   Na 65 do Agente, a faixa da prestação pecuniária. Na 66 do Agente, livramento depois de mais de 20 anos numa pena de 60, pela soma das penas. A 60 do Escrivão pediu uma causa extintiva entre excludentes.

6. **Crimes contra a Administração Pública**
   CP, arts. 312 a 327 (peculato, concussão, corrupção passiva com a forma privilegiada do art. 317, § 2º, prevaricação e o conceito de funcionário do art. 327) e art. 339 (denunciação caluniosa)
   Três questões em 2014. Na 64 do Agente, o particular que subtrai com o funcionário responde por peculato. Na 68 do Agente, ceder a pedido de outrem é a corrupção passiva privilegiada. Na 67 do Escrivão, a denunciação caluniosa.

7 **Crimes contra a vida e contra o patrimônio**

CP, arts. 121 a 128 (art. 121, § 4º, e art. 122 na redação da Lei 13.968/2019), art. 155, § 2º (furto privilegiado) e art. 157 (roubo e causas de aumento)

Na 67 do Agente, a pena duplicada do induzimento ao suicídio por motivo egoístico. Na 64 do Escrivão, o aumento do homicídio doloso pela idade da vítima. Na 65 e na 66 do Escrivão, furto privilegiado e roubo com arma de brinquedo.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
CP, Parte Geral	arts. 5º a 7º, 20 a 31, 45, 75, 83 e 107	Doze das 19 questões de 2014 saíram desses artigos, várias pedindo fração ou prazo.
CP, Parte Especial	arts. 121 a 128, 155, 157, 312 a 327 e 339	Sete questões de 2014 cobraram homicídio, induzimento ao suicídio, furto, roubo, peculato, corrupção passiva e denunciação caluniosa.

COMO TREINAR Fazer 10 questões de múltipla escolha de 4 alternativas por assunto, em até 2 minutos cada, porque as de Penal em 2014 cabiam em duas linhas. No caderno de erros, anotar a fração ou o prazo trocado e o artigo, como 1/6 a 1/3 do art. 21 contra 1 a 2/3 do art. 155, § 2º.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 59 do Agente de 2014, a letra A trazia crime que o Brasil se obrigou a reprimir por tratado, caso de extraterritorialidade condicionada. A resposta era o genocídio.
- ✕ Na 60 do Agente de 2014, quem marcou legítima defesa contra o cão errou. Ataque de animal por instinto leva a estado de necessidade.
- ✕ Na 66 do Agente de 2014, quem calculou o livramento sobre o limite de cumprimento marcou dez anos. O cálculo usa a pena total (Súmula 715 do STF).
- ✕ Na 65 do Escrivão de 2014, a letra C dava redução de um sexto a um terço no furto privilegiado. O art. 155, § 2º, prevê de um a dois terços.

ROTEIRO 02

PROCESSO PENAL

15	9,4%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

Foram 8 questões no Agente e 7 no Escrivão, todas diferentes, a 1,5 ponto cada. O Escrivão pôs 4 das 7 em inquérito e prisão, que são o trabalho do cargo que veio a ser o Oficial Investigador.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Inquérito policial**
   CPP, arts. 4º a 23, com o art. 5º, § 2º (recurso ao chefe de polícia), o art. 10 (prazos) e o art. 28 na redação da Lei 13.964/2019 (arquivamento), lido como o STF decidiu na ADI 6.298, em 2023
   Três questões em 2014. Na 69 do Agente, 10 dias com preso e 30 com solto. Na 69 do Escrivão, do indeferimento do inquérito cabe recurso ao chefe de polícia. A 70 do Escrivão cobrou o arquivamento na regra antiga do art. 28.

2. **Ação penal e ação civil ex delicto**
   CPP, arts. 24 a 39 (representação, queixa e a ordem do art. 31) e arts. 63 a 68 (ação civil)
   Na 70 do Agente, morto o ofendido, a ordem é cônjuge, ascendente, descendente e irmão. A 71 do Agente pediu o que impede a ação civil ex delicto, e o arquivamento do inquérito não impede (art. 67).

3. **Prisão em flagrante**
   CPP, arts. 301 a 310, com o art. 304, § 3º (preso que não assina o auto) e o art. 310 (audiência de custódia)
   Na 73 do Escrivão, se o preso não assina o auto, assinam duas testemunhas que ouviram a leitura.

4. **Preventiva, fiança e liberdade provisória**
   CPP, arts. 282, 311 a 316 e 321 a 350, com o art. 311 (sem preventiva de ofício) e o art. 322 (fiança pelo delegado)
   Na 74 do Agente, o delegado concede fiança quando a pena máxima não passa de 4 anos. Na 74 do Escrivão, a preventiva cabia por dúvida sobre a identidade civil.

5. **Competência, questões incidentes e prova**
   CPP, arts. 69 a 91 (competência, art. 71 para crime continuado ou permanente), arts. 95 a 111 (exceções, art. 96) e arts. 158 a 184 (perícias, art. 160, parágrafo único, e cadeia de custódia dos arts. 158-A a 158-F)
   Na 71 do Escrivão, a infração permanente em duas jurisdições se resolve pela prevenção. Na 72 do Agente, a suspeição precede qualquer outra exceção. Na 72 do Escrivão, o laudo sai em 10 dias.

6. **Citação, sentença, recursos e habeas corpus**
   CPP, arts. 351 a 372 (citação por hora certa no art. 362), arts. 383 e 384 (emendatio e mutatio libelli), art. 273 (assistente), art. 581 e arts. 647 a 667 (habeas corpus)
   Na 75 do Agente, réu que se oculta é citado por hora certa. Na 76 do Agente, na mutatio cada parte arrola até 3 testemunhas. Na 73 do Agente, contra a decisão sobre o assistente cabe mandado de segurança. Na 76 do Escrivão, HC contra inquérito aberto por delegado vai ao juiz de direito.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
CPP	arts. 4º a 39, 63 a 111 e 158 a 184	Inquérito, ação, competência, exceções e perícia deram 8 das 15 questões de 2014.
CPP	arts. 282 a 350	Prisão e fiança caíram nos dois cadernos (74 do Agente, 73 e 74 do Escrivão), e a Lei 13.964/2019 mudou a preventiva.
CPP	arts. 268 a 273, 351 a 393, 581 e 647 a 667	Citação, sentença, assistente e habeas corpus fecharam o caderno do Agente (73, 75 e 76) e o do Escrivão (76).

COMO TREINAR Fazer 10 questões por assunto, em 2 minutos cada, e descartar as anteriores a 2020 que tratem de arquivamento ou preventiva de ofício. No caderno de erros, anotar o prazo ou o número do artigo e a palavra que enganou, como "exclusivamente" na 74 do Escrivão.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 73 do Agente de 2014, quem marcou recurso em sentido estrito errou. O art. 273 do CPP diz que da decisão sobre o assistente não cabe recurso, e a resposta era mandado de segurança.
- ✕ Na 72 do Agente de 2014, a incompetência era a escolha intuitiva. O art. 96 do CPP põe a suspeição à frente de qualquer outra exceção.
- ✕ Na 74 do Escrivão de 2014, a letra B falava em preventiva de ofício em qualquer fase. Hoje o art. 311 do CPP proíbe a decretação de ofício.

ROTEIRO 03

PORTUGUÊS

20	12,5%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

São 10 questões, iguais nos dois cadernos de 2014, e abrem a P1, que tinha mínimo próprio de 20 pontos. Todas saíram de três textos curtos, sem uma questão de gramática.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Interpretação de textos**
   Tópico 1 do edital: ideia central, tema e desfecho, com leitura do texto inteiro antes das alternativas
   Na 4, o desfecho do embate entre tronco e mata estava na última frase. Na 5, o tema era o tronco que se individualiza no contraste com o verde.

2. **Coesão e coerência**
   Tópico 4 do edital: retomadas, repetição, anáforas, hiperônimos e conectivos
   Na 1, a coerência do trecho de Mayombe vinha da identidade entre árvore, homem e vida. Na 3, a coesão secundária estava na repetição de "só" e "tal".

3. **Gêneros textuais e redação oficial (memorando, tira)**
   Manual de Redação da Presidência da República, 3ª edição (2018): atributos da redação oficial e padrão ofício, que unificou ofício, aviso e memorando. Tópico 5 do edital: tira, charge e crônica
   Quatro questões em 2014. Na 6 e na 7, a linguagem formal e a estrutura concisa do memorando. Na 9, o humor da tira vinha da forma de tratamento inadequada entre os colegas.

4. **Mecanismos de produção de sentido (figuras)**
   Tópico 2 do edital: metáfora, metonímia, ambiguidade, ironia, pressuposto, subentendido e intertextualidade
   A 2 pediu os recursos da cadeia coesiva de Mayombe. A resposta foi metáfora e hiperônimo, entre nomes raros como paragoge e paronomásia.

5. **Linguagem formal e informal e gramática do edital**
   Tópicos 7 a 10 do edital: concordância, regência, tempos verbais, formação de palavras e níveis de linguagem
   A 10 pediu o sentido de "pra ontem" na tira (urgência). A gramática não caiu em 2014, mas está no edital e uma banca nova pode cobrar.

COMO TREINAR Treinar com blocos de texto e 3 a 5 questões cada, no formato de 2014, em até 3 minutos por questão. No caderno de erros, anotar a linha do texto que provava a resposta e a alternativa que parecia certa.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 5 de 2014, a alternativa "isolar dos demais seres" parecia certa. O texto dizia que o tronco se destaca sem se separar da mata.

✗ Na 2 de 2014, as alternativas com paragoge, paronomásia e paródia afastaram candidatos do par simples metáfora e hiperônimo.

ROTEIRO 04

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

10	6,2%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

Foram 4 questões comuns aos dois cadernos (77 a 80) e mais 2 no Escrivão, todas na P2, a 1,5 ponto. Dos 23 itens de lei do edital, só 5 caíram. A lei de abuso de autoridade cobrada, a 4.898/1965, foi revogada em 2019.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Abuso de autoridade (Lei 13.869/2019)**
   Lei 13.869/2019, arts. 1º a 5º (sujeito ativo, ação penal pública incondicionada e efeitos da condenação) e crimes dos arts. 9º a 38. A Lei 4.898/1965, cobrada em 2014, foi revogada
   Única lei cobrada duas vezes. Na 80 de 2014, cobrar carceragem sem apoio em lei. Na 68 do Escrivão, a ação penal pública incondicionada, que continua na lei nova.

2. **Tortura (Lei 9.455/1997)**
   Lei 9.455/1997, art. 1º, com os §§ 4º (aumento de pena), 5º (perda do cargo e interdição pelo dobro da pena) e 7º (regime inicial fechado)
   A 79 de 2014 pediu as causas de aumento: agente público, criança, gestante, pessoa com deficiência, adolescente, maior de 60 anos e sequestro.

3. **Identificação criminal e prisão temporária**
   Lei 12.037/2009, arts. 1º a 7º. Lei 7.960/1989, arts. 1º e 2º, e Lei 8.072/1990, art. 2º, § 4º (30 dias nos hediondos)
   Na 78 de 2014, a retirada da identificação fotográfica após arquivamento ou absolvição. Na 75 do Escrivão, só o sequestro ou cárcere privado estava na lista da temporária.

4. **Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei 8.137/1990)**
   Lei 8.137/1990, arts. 1º e 2º e art. 16, parágrafo único (confissão espontânea do coautor)
   Na 77 de 2014, quem revela toda a trama por confissão espontânea tem a pena reduzida de um a dois terços.

5. **Drogas, hediondos e violência doméstica**
   Lei 11.343/2006, arts. 28 e 33 a 40. Lei 8.072/1990, arts. 1º e 2º. Lei 11.340/2006, arts. 5º, 7º, 10 a 12 e 18 a 24-A (medidas protetivas)
   Não caíram em 2014, mas estão no edital e são as leis do dia a dia da delegacia. Uma banca nova pode cobrar.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
Lei 13.869/2019 (abuso de autoridade)	arts. 1º a 5º e 9º a 38	Abuso de autoridade caiu duas vezes em 2014 (80 e 68 do Escrivão), na lei antiga.
Lei 9.455/1997 (tortura)	art. 1º e §§ 4º a 7º	A 79 de 2014 trocou "inicialmente" por "integralmente" e o dobro da pena pelo mesmo prazo.

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
Lei 12.037/2009 (identificação criminal)	arts. 1º a 7º	A 78 de 2014 cobrou a retirada da fotografia e a vedação no atestado de antecedentes.
Lei 7.960/1989 (prisão temporária)	arts. 1º e 2º	A 75 do Escrivão de 2014 pediu o crime que está na lista do art. 1º, III.
Lei 8.137/1990 (ordem tributária)	arts. 1º, 2º e 16	A 77 de 2014 cobrou a redução da pena pela confissão espontânea.

COMO TREINAR Ler cada lei inteira uma vez e fazer 8 questões dela, em 2 minutos cada. Questão de abuso de autoridade anterior a 2020 fica de fora. No caderno de erros, anotar a palavra trocada, como "integralmente" no lugar de "inicialmente".

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 79 de 2014, a letra C dizia que a pena de tortura é cumprida integralmente em regime fechado. A lei fala em regime inicial fechado.
- ✕ Na 78 de 2014, a letra C proibia citar a identificação criminal no atestado de antecedentes mesmo após a condenação definitiva. A vedação vale só antes do trânsito em julgado.

ROTEIRO 05

CONSTITUCIONAL

8	5,0%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

Foram 4 questões em cada caderno de 2014, todas de letra da Constituição, a 1,5 ponto. Direitos e garantias caíram nos dois, e os Poderes não caíram em nenhum.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Direitos e garantias fundamentais**
   CF, art. 5º, incisos XI (casa), XLII a XLIV (inafiançáveis e imprescritíveis) e LXI a LXVIII (prisão e habeas corpus)
   Na 55 do Agente, só o racismo é inafiançável e imprescritível entre os quatro crimes. Na 55 do Escrivão, entrada na casa por ordem judicial só durante o dia.

2. **Nacionalidade**
   CF, art. 12, com o § 3º (cargos privativos de brasileiro nato)
   Na 56 do Escrivão, oficial das Forças Armadas é cargo de brasileiro nato. Delegado e Governador apareciam como distratores.

3. **Segurança pública**
   CF, art. 144, com os §§ 4º (polícias civis) e 6º (subordinação aos Governadores)
   Na 57 do Escrivão, polícias civis, militares e bombeiros se subordinam aos Governadores.

4. **Organização do Estado e competências**
   CF, arts. 18 e 21 a 24, com o art. 24, XVI (organização das polícias civis)
   Na 58 do Agente, legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é competência concorrente.

5. **Poder constituinte, emendas e controle de constitucionalidade**
   CF, art. 60 (emendas e cláusulas pétreas) e arts. 102 e 103, com o § 3º do art. 103 (Advogado-Geral da União)
   Uma questão de emenda no Agente de 2014. Na 57 do Agente, quem defende a norma impugnada no STF é o Advogado-Geral da União.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
CF	art. 5º, incisos XI, XLII a XLIV e LXI a LXVIII, e art. 12	Direitos fundamentais e nacionalidade deram 3 das 8 questões de 2014.
CF	arts. 18, 21 a 24, 60, 102, 103 e 144	Competências, emendas, controle e segurança pública deram 4 questões em 2014.

COMO TREINAR Fazer 8 questões por assunto, em 2 minutos cada, sempre com a Constituição aberta na correção. No caderno de erros, anotar o inciso e a palavra que decidia, como "durante o dia" no inciso XI.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 55 do Escrivão de 2014, a letra A permitia entrar na casa à noite por ordem do delegado. A Constituição exige ordem judicial e só durante o dia.
- ✕ Na 56 do Escrivão de 2014, delegado, Governador e Ministro da Casa Civil apareciam como cargos de brasileiro nato. A lista do art. 12, § 3º, não os inclui.
- ✕ Na 55 do Agente de 2014, tortura, tráfico e terrorismo são inafiançáveis, mas não imprescritíveis. Quem juntou os incisos XLII e XLIII errou.

ROTEIRO 06

ADMINISTRATIVO

8	5,0%	Bloco 1
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

Foram 4 questões em cada caderno de 2014, quase todas de conceito em uma linha, a 1,5 ponto. Agentes públicos foi o único tema que voltou nos dois.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Princípios da Administração Pública**
   CF, art. 37, caput: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
   A 51 do Escrivão de 2014 cobrou o princípio da eficiência.

2. **Organização administrativa**
   Decreto-Lei 200/1967, arts. 4º e 5º, e os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração
   Na 52 do Escrivão, transformar secretaria em autarquia foi descentralização, e não desconcentração.

3. **Agentes públicos**
   CF, arts. 37 a 41, e a classificação entre agentes políticos, servidores e particulares em colaboração
   Na 54 do Agente, o policial civil é servidor público, e não agente político. Na 53 do Escrivão, o provimento se dá pela nomeação.

4. **Atos administrativos e poderes administrativos**
   Atributos do ato (presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade), requisitos e extinção. Poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e de polícia (CTN, art. 78)
   Na 51 do Agente, executar o ato sem ordem judicial veio da autoexecutoriedade. O poder disciplinar caiu no Escrivão.

5. **Responsabilidade civil do Estado e serviços públicos**
   CF, art. 37, § 6º, e art. 175. Lei 8.987/1995, arts. 2º e 6º (concessão e serviço adequado)
   Na 53 do Agente, a viatura que avança o sinal gera responsabilidade objetiva. A 52 do Agente pediu a definição de concessão.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
CF	arts. 37 a 41 e 175	Princípios, agentes públicos e responsabilidade do Estado deram 5 das 8 questões de 2014.
Lei 8.987/1995 (concessões)	arts. 2º e 6º	A 52 do Agente de 2014 cobrou a definição de concessão de serviço público.
Decreto-Lei 200/1967	arts. 4º e 5º	A 52 do Escrivão de 2014 cobrou a autarquia como descentralização.

COMO TREINAR Fazer 8 questões por assunto, em até 2 minutos cada, priorizando as que põem dois conceitos parecidos lado a lado. No caderno de erros, anotar o par confundido, como descentralização e desconcentração.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 53 do Escrivão de 2014, aprovação no concurso e entrada em exercício apareciam como forma de provimento. O provimento é a nomeação.
- ✕ Na 52 do Escrivão de 2014, quem marcou desconcentração errou. Criar autarquia é criar pessoa jurídica nova, ou seja, descentralização.

ROTEIRO 07

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

20	12,5%	Bloco 2
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

São 10 questões iguais nos dois cadernos de 2014, na P2, a 1,5 ponto, o que soma 15 pontos. A lei cobrada era a 1.654/2006, e hoje vale a Lei 3.461/2019, alterada pela Lei 4.653/2025.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Regime disciplinar: deveres, proibições e transgressões**
   Lei 3.461/2019, arts. 85 a 99: deveres (art. 96) e transgressões separadas pela pena, com advertência (art. 97), suspensão (art. 98) e demissão (art. 99)
   Metade do Estatuto de 2014 (46 a 50) foi regime disciplinar. A 47 pediu qual conduta era transgressão média. A lei atual não usa leve, média e grave: a gradação vem da pena de cada artigo.

2. **Penas, competência e prescrição**
   Lei 3.461/2019: penas (art. 105), incompatibilidade de 5 anos após demissão (art. 111), quem aplica cada pena (art. 113), prescrição (art. 118) e sindicância (art. 175, § 2º)
   Na 46 de 2014, quem aplica a demissão: segue o Chefe do Poder Executivo. Na lei atual, a prescrição é de 5 anos para demissão, 2 para suspensão e 180 dias para advertência. Sindicâncias correm na Corregedoria-Geral ou nas Delegacias Regionais.

3. **Direitos e vantagens**
   Lei 3.461/2019: ajuda de custo (art. 43), salário-família (art. 53), licença por doença em pessoa da família (art. 67) e licença maternidade ou por adoção (arts. 68 a 70)
   Três questões em 2014 (43 a 45), todas de número. Hoje a ajuda de custo segue com teto de dois meses de subsídio e o dependente do salário-família segue menor de quatorze anos. A licença por adoção deixou de ter 60 dias fixos e segue os prazos do Regime Geral.

4. **Estágio probatório**
   Lei 3.461/2019, art. 21: estágio de 3 anos, avaliação em três etapas e licenças que suspendem o prazo (§ 11)
   A 41 de 2014 pediu a partir de quantos dias a licença por doença em pessoa da família suspende o estágio. Na lei atual segue acima de 90 dias numa mesma etapa.

5. **Provimento e readaptação**
   Lei 3.461/2019, arts. 13 e 27 a 34: formas de provimento (nomeação, readaptação, reversão, reintegração, recondução e aproveitamento). Lei 4.653/2025: extinção de Agente e Escrivão e o Oficial Investigador no Anexo I da Lei 1.545/2004
   A 42 de 2014 descreveu o cargo compatível com limitação física ou mental e pediu o nome: readaptação.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
Lei estadual 3.461/2019 (Estatuto dos Policiais Civis do Tocantins)	lei inteira, com atenção ao regime disciplinar, às vantagens, às licenças e ao estágio probatório	As 10 questões de 2014 saíram do Estatuto, e 6 pediam prazo, idade ou valor. A lei de 2014 foi substituída.
Lei estadual 4.653/2025	dispositivos que extinguem Agente e Escrivão e criam o Oficial Investigador	Alterou a Lei 3.461/2019 e criou o cargo do próximo concurso.

COMO TREINAR Ler a lei inteira na versão compilada e fazer um quadro com todo prazo, idade e valor. Questões de concursos antigos da PC TO servem só como modelo, porque a lei mudou. Treinar 10 questões por capítulo e conferir cada resposta no texto atual.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ A 48 e a 49 de 2014 tinham as mesmas quatro alternativas (6, 5, 3 e 2 anos) e a mesma resposta. Candidatos duvidaram da repetição e trocaram uma delas.
- ✕ Na 42 de 2014, reversão, reintegração e recondução cercavam a readaptação. Quem não decorou a definição de cada forma de provimento errou.

ROTEIRO 08

DIREITOS HUMANOS

20	12,5%	Bloco 2
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

São 10 questões iguais nos dois cadernos de 2014, na P1, com alternativas de até 10 linhas. Seis saíram da letra da DUDH, dos Pactos, da Carta da ONU e da Constituição.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Carta da ONU e DUDH**
   Carta das Nações Unidas, arts. 1º (propósitos) e 2º (princípios). DUDH, arts. 1º a 30, com o art. 29 (limitações pela lei)
   Na 40 de 2014, a igualdade dos membros é princípio do art. 2º, e a paz é propósito do art. 1º. Na 33, as limitações da DUDH servem para respeitar os direitos de outrem.

2. **Sistema universal (ONU, DUDH e Pactos)**
   PIDCP, arts. 28 a 45 (Comitê de Direitos Humanos). PIDESC, art. 8º (direito de greve) e arts. 16 a 25 (relatórios)
   Na 39 de 2014, o Comitê do PIDCP não pode ter mais de um nacional do mesmo Estado, com mandato de quatro anos. Na 34, o PIDESC garante a greve conforme as leis do país.

3. **Incorporação de tratados ao direito interno**
   CF, art. 5º, §§ 2º a 4º, art. 49, I, e art. 84, VIII, com a posição do STF no RE 466.343 (status supralegal)
   A 31 de 2014 pediu o rito do § 3º: cada Casa, dois turnos, três quintos. A 36 pediu a competência privativa do Presidente para celebrar tratados.

4. **Sistema interamericano (OEA e Comissão IDH)**
   Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto 678/1992), arts. 34 a 51, com o art. 46 (admissibilidade)
   Na 37 de 2014, a petição exige o esgotamento dos recursos internos. Na 35, os conceitos que orientam a Comissão.

5. **Jurisprudência da Corte Interamericana**
   Convenção Americana, arts. 52 a 69, e os casos brasileiros: José Pereira (acordo na Comissão), Ximenes Lopes, Gomes Lund e Favela Nova Brasília
   Na 38 de 2014, o caso José Pereira, em que o Brasil assumiu responsabilidade por atos de particulares. As outras alternativas trocavam Corumbiara e Urso Branco.

6. **CDDPH (Lei 4.319/1964)**
   Lei 12.986/2014, que transformou o CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e revogou a Lei 4.319/1964
   A 32 de 2014 cobrou o CDDPH pela lei antiga, revogada em junho de 2014, logo depois da prova.

LEI SECA: O QUE LER COM A LEI ABERTA

NORMA	ARTIGOS	POR QUÊ
Carta das Nações Unidas	arts. 1º e 2º	A 40 de 2014 cobrou a diferença entre propósitos e princípios.
DUDH	arts. 1º a 30	A 33 de 2014 pediu o texto do art. 29.
PIDCP e PIDESC	PIDCP, arts. 28 a 45. PIDESC, arts. 8º e 16 a 25	A 39 e a 34 de 2014 saíram desses artigos.
CF	art. 5º, §§ 2º a 4º, art. 49, I, e art. 84, VIII	A 31 e a 36 de 2014 cobraram o rito e a competência para tratados.
Convenção Americana (Decreto 678/1992)	arts. 34 a 69	Comissão e Corte deram 3 questões em 2014 (35, 37 e 38).
Lei 12.986/2014 (CNDH)	lei inteira	Substituiu a Lei 4.319/1964, cobrada na 32 de 2014.

COMO TREINAR Fazer 8 questões por assunto e reservar 4 minutos para as de alternativa longa. Ler as quatro alternativas procurando o número ou a palavra trocada. No caderno de erros, anotar o detalhe trocado (quórum, prazo, número de membros, data).

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 35 de 2014, a letra A invertia as datas: a Declaração Americana é de 1948 e a Convenção Americana, de 1969.
- ✕ Na 31 de 2014, a letra B falava em turno único e sanção do Presidente, o que não existe no rito do art. 5º, § 3º.
- ✕ Na 36 de 2014, a letra C trocava "privativa" por "exclusiva" na competência do Presidente para celebrar tratados.

ROTEIRO 09

INFORMÁTICA

20	12,5%	Bloco 2
questões em 2 provas	do total	na ordem de estudo

São 10 questões iguais nos dois cadernos de 2014, duas por tópico do edital. Seis pediam conceito que não depende de versão de programa.

POR ONDE COMEÇAR, NA ORDEM

1. **Segurança da informação**
   Princípios (confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade), malware, firewall, criptografia e backup
   Na 14 de 2014, a criptografia nas compras pela internet garante confidencialidade e integridade. Na 15, o gabarito apontou o firewall contra vírus.

2. **Hardware e periféricos**
   Dispositivos de entrada, saída e armazenamento, mídias óticas e padrões USB
   Na 13 de 2014, CD e DVD usam tecnologia ótica. Na 20, o USB 3.0 chega a 5 gigabits por segundo.

3. **Navegadores e internet**
   Interface e configurações de privacidade de Chrome, Edge e Firefox, cookies, histórico e conceitos de rede
   Na 12 de 2014, o botão X interrompe o carregamento. Na 19, o caminho do bloqueio de cookies no Internet Explorer 11, que saiu de uso.

4. **Windows**
   Windows 10 e 11: barra de tarefas, gerenciamento de pastas e arquivos, pesquisa e configurações
   Na 16 de 2014, para mover a barra era preciso desmarcar "Bloquear a barra de tarefas". A 17 cobrou a lateral do Windows 8.1.

5. **Editores de texto (Word)**
   Word e LibreOffice Writer: formatação, comentários, legendas, índices e atalhos principais
   Na 18 de 2014, o atalho de comentário do Word 2013 era ALT+CTRL+A. A 11, de alinhar à esquerda, foi anulada.

COMO TREINAR Fazer 10 questões por assunto, em 1 a 2 minutos cada, só de provas recentes para atalhos e menus. No caderno de erros, anotar o atalho ou o termo de outra área que confundiu, como "atomicidade" na 14.

ONDE OS CANDIDATOS ERRARAM

- ✕ Na 14 de 2014, duas alternativas traziam atomicidade, termo de banco de dados que não é princípio de segurança.
- ✕ Na 16 de 2014, "marcar Desbloquear" descrevia uma opção que não existe. O certo era desmarcar "Bloquear a barra de tarefas".
- ✕ Na 20 de 2014, 5 gigabits aparecia ao lado de 5 megabits e 50 gigabits. Quem não conferiu a unidade errou.

PLANO DE 4 SEMANAS

AS 4 PRIMEIRAS SEMANAS

Duas matérias por dia, com os assuntos na ordem dos roteiros. Em amarelo, as revisões em bloco. Se um assunto não fechar no dia, ele continua no dia seguinte da mesma matéria e o plano anda junto.

SEMANA 1

SEG	TER	QUA
Penal Lei penal no espaço	**Processo Penal** Inquérito policial	**Penal** Excludentes de ilicitude e de culpabilidade
Português Interpretação de textos	**Legislação Especial** Abuso de autoridade (Lei 13.869/2019)	**Constitucional** Direitos e garantias fundamentais

QUI	SEX	SÁB
Processo Penal Ação penal e ação civil ex delicto	**Penal** Imputabilidade penal	**Processo Penal** Prisão em flagrante
Português Coesão e coerência	**Administrativo** Princípios da Administração Pública	**Português** Gêneros textuais e redação oficial (memorando, tira)

Domingo: Resolver as questões 59 a 80 da prova de Agente de 2014 e anotar no caderno de erros cada artigo que faltou.

SEMANA 2

SEG	TER	QUA
Penal Revisão em bloco: Lei penal no espaço, Excludentes de ilicitude e de culpabilidade, Imputabilidade penal	**Processo Penal** Revisão em bloco: Inquérito policial, Ação penal e ação civil ex delicto, Prisão em flagrante	**Penal** Erro de tipo, erro de proibição e concurso de pessoas
Legislação Especial Tortura (Lei 9.455/1997)	**Constitucional** Nacionalidade	**Português** Revisão em bloco: Interpretação de textos, Coesão e coerência, Gêneros textuais e redação oficial (memorando, tira)

QUI	SEX	SÁB
Processo Penal Preventiva, fiança e liberdade provisória	**Penal** Penas e extinção da punibilidade	**Processo Penal** Competência, questões incidentes e prova
Administrativo Organização administrativa	**Legislação Especial** Identificação criminal e prisão temporária	**Constitucional** Segurança pública

Domingo: Revisão geral do caderno de erros das duas semanas e 20 questões mistas de Penal e Processo Penal, em 3 minutos cada.

PLANO DE 4 SEMANAS

SEMANA 3

SEG	TER	QUA
Penal Crimes contra a Administração Pública	**Processo Penal** Citação, sentença, recursos e habeas corpus	**Penal** Revisão em bloco: Erro de tipo, erro de proibição e concurso de pessoas, Penas e extinção da punibilidade, Crimes contra a Administração Pública
Legislação Especial Revisão em bloco: Abuso de autoridade (Lei 13.869/2019), Tortura (Lei 9.455/1997), Identificação criminal e prisão temporária	**Administrativo** Agentes públicos	**Português** Mecanismos de produção de sentido (figuras)

QUI	SEX	SÁB
Processo Penal Revisão em bloco: Preventiva, fiança e liberdade provisória, Competência, questões incidentes e prova, Citação, sentença, recursos e habeas corpus	**Português** Linguagem formal e informal e gramática do edital	**Administrativo** Revisão em bloco: Princípios da Administração Pública, Organização administrativa, Agentes públicos
Constitucional Revisão em bloco: Direitos e garantias fundamentais, Nacionalidade, Segurança pública	**Legislação Especial** Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei 8.137/1990)	**Constitucional** Organização do Estado e competências

Domingo: Simulado curto com as questões 1 a 10 e 51 a 80 da prova de Escrivão de 2014, em 2 horas, conferindo as que dependem de lei alterada.

SEMANA 4

SEG	TER	QUA
Legislação Institucional Regime disciplinar: deveres, proibições e transgressões	**Direitos Humanos** Carta da ONU e DUDH	**Legislação Institucional** Penas, competência e prescrição
Penal Crimes contra a vida e contra o patrimônio	**Administrativo** Atos administrativos e poderes administrativos	**Constitucional** Poder constituinte, emendas e controle de constitucionalidade

QUI	SEX	SÁB
Direitos Humanos Sistema universal (ONU, DUDH e Pactos)	**Legislação Institucional** Direitos e vantagens	**Legislação Institucional** Revisão em bloco: Regime disciplinar: deveres, proibições e transgressões, Penas, competência e prescrição, Direitos e vantagens
Legislação Especial Drogas, hediondos e violência doméstica	**Direitos Humanos** Incorporação de tratados ao direito interno	**Direitos Humanos** Revisão em bloco: Carta da ONU e DUDH, Sistema universal (ONU, DUDH e Pactos), Incorporação de tratados ao direito interno

Domingo: Revisão geral do caderno de erros do mês e 30 questões mistas do bloco 1, para medir quais matérias pedem mais tempo no próximo ciclo.

PARA COMEÇAR HOJE

OS PRIMEIROS PASSOS

- [ ] Baixar a Lei 3.461/2019 na versão compilada, com as mudanças da Lei 4.653/2025, no site da Assembleia Legislativa do Tocantins, e ler o regime disciplinar esta semana.
- [ ] Separar CF, CP e CPP atualizados, já com a Lei 13.964/2019, e marcar os artigos da sequência de Penal e Processo Penal deste guia.
- [ ] Resolver a prova de Agente de 2014 inteira em 4 horas e corrigir pelo gabarito definitivo, para saber de onde parte.
- [ ] Riscar a Lei 4.898/1965 e a Lei 4.319/1964 de qualquer material antigo e estudar no lugar a Lei 13.869/2019 e a Lei 12.986/2014.
- [ ] Montar o caderno de erros com uma página por matéria: número da questão, artigo e a palavra que enganou.
- [ ] Começar a semana 1 na segunda, com 2 assuntos por dia e Penal e Processo Penal em dias alternados.
- [ ] Acompanhar o Diário Oficial do Tocantins. Quando banca e edital saírem, conferir a lei do Estatuto cobrada e o peso de cada matéria antes de ajustar o plano.

NO DIA DA PROVA

- Em 2014 foram 80 questões em 4 horas, cerca de 3 minutos por questão. As de Direitos Humanos com alternativas de até 10 linhas (31, 33, 34 e 37) pedem mais tempo que as de Penal, de duas linhas.
- O corte de 2014 exigia 20 pontos na P1, 30 na P2 e 50 no total. Na P2, a 1,5 ponto por questão, 20 acertos em 40 cumprem o mínimo, mas nota alta em Direito não salva uma P1 abaixo de 20.
- Em 2014 a P2 (Estatuto e Direito) ocupava as questões 41 a 80. Começar por ela garante as questões de maior peso com a cabeça descansada.
- As questões têm 4 alternativas, sem certo ou errado. Marcar todas no cartão antes do fim e conferir no edital novo se há desconto por erro.
- Na 48 e na 49 de 2014 a resposta era a mesma (5 anos). Resposta repetida não é sinal de erro, e trocar uma delas por insegurança custou ponto.
- O Termo de Referência de 2026, citado pela imprensa, prevê 80 objetivas e uma redação sobre conhecimentos específicos. Até o edital confirmar, escrever uma redação por semana sobre tema de Penal ou Processo Penal.

CONTROLE

ANOTE TODO DIA

É o que mostra de onde continuar, quando chega a revisão em bloco e como está o seu percentual. Preencha no fim de cada dia.

DATA	MATÉRIA	ASSUNTO	TEMPO	QUESTÕES	ACERTOS	%	PAREI EM

PRÓXIMO PASSO

VOCÊ NÃO PRECISA FAZER SOZINHO

Com este guia você já começa hoje. Estes são os caminhos para ir mais rápido.

1

GRUPO DE ESTUDOS DA PC TO

Avisos do edital, materiais gratuitos e minissimulados do concurso.

Entrar no grupo

https://lp.irmaospolicia.com.br/grupo-pcto

2

DESAFIO PC TO

Treinamento ao vivo em que você sai com o cronograma pronto, o mapa do que mais cai e o método na prática.

Conhecer o Desafio

https://lp.irmaospolicia.com.br/desafio-pcto

3

ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL

Um mentor só seu monta o plano, olha os seus acertos toda semana e ajusta o que não está funcionando.

Falar com a equipe no WhatsApp

wa.me/5561981911883